
Notas técnicas

Conceitos e definições

Neste módulo, são apresentados os conceitos relacionados com os resultados desta publicação, segundo as seguintes variáveis: domicílios, unidades de consumo, pessoas, despesas, rendimentos e condições de vida. Antecede aos temas a descrição das referências temporais inerentes ao levantamento e à qualidade das informações sobre orçamentos familiares. Estas definições da variável tempo são básicas para o entendimento dos conceitos e resultados da pesquisa.

Na Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2008-2009, três enfoques temporais foram utilizados.

Período de realização da pesquisa

Para propiciar a estimação de orçamentos familiares que contemplem as alterações a que estão sujeitos ao longo do ano, as despesas e os rendimentos, definiu-se o tempo de duração da pesquisa em 12 meses. O período de realização da POF 2008-2009 teve início no dia 19 de maio de 2008 e término no dia 18 de maio de 2009.

Período de referência das informações de despesas e rendimentos

A investigação de uma grande diversidade de itens de despesas, com diferentes valores unitários e diferentes frequências de aquisição, requer definir períodos de observação variados. Em geral, as despesas

de menor valor são aquelas normalmente realizadas com mais frequência, enquanto as despesas de maior valor são realizadas com menor frequência. Além disso, a memória das informações relacionadas a uma aquisição com valor mais elevado é preservada por um período de tempo mais longo. Assim, com o objetivo de ampliar a capacidade do informante para fornecer os valores das aquisições realizadas e as demais informações a elas associadas, foram definidos quatro períodos de referência: sete dias, 30 dias, 90 dias e 12 meses, segundo os critérios de frequência de aquisição e do nível do valor do gasto.

Os rendimentos e as informações a eles relacionadas são coletados segundo o período de referência de 12 meses.

Como a operação da coleta tem duração de 12 meses, os períodos de referência das informações de despesas e rendimentos não correspondem às mesmas datas para cada domicílio selecionado. Para cada informante, os períodos de referência foram estabelecidos como o tempo que antecede à data de realização da coleta no domicílio. A exceção é o período de referência de sete dias, que é contado no decorrer da entrevista.

Data de referência da pesquisa

Como as POFs combinam um período de coleta de 12 meses com períodos de referência de até 12 meses, adotado para alguns itens de despesa e para os rendimentos, as informações se distribuem em um período total de 24 meses. Durante os 24 meses mencionados, ocorrem mudanças absolutas e relativas nos preços, requerendo que os valores levantados na pesquisa sejam valorados a preços de uma determinada data.

A data de referência fixada para a compilação, análise e apresentação dos resultados da POF 2008-2009 foi 15 de janeiro de 2009.

Domicílio

Domicílio é a unidade amostral da pesquisa, consistindo também em importante unidade de investigação e análise para caracterização das condições de moradia das famílias.

Domicílio

É a moradia estruturalmente separada e independente, constituída por um ou mais cômodos, sendo que as condições de separação e independência de acesso devem ser satisfeitas.

A condição de separação é atendida quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas e outros, quando é coberto por um teto e permite que seus moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia.

A independência é atendida quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que seus moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas.

Domicílio particular permanente

Destina-se à habitação de uma ou mais pessoas, ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, sendo todo ou parte destinado exclusivamente à moradia.

Na POF, em função de seus objetivos e características, somente foram pesquisados os domicílios particulares permanentes.

Unidade de consumo

A unidade de consumo é a unidade básica de investigação e análise dos orçamentos. Para efeito de divulgação da POF, o termo “família” é considerado equivalente à unidade de consumo.

A unidade de consumo compreende um único morador ou conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação, isto é, utilizam um mesmo estoque de alimentos e/ou realizam um conjunto de despesas alimentares comuns. Nos casos onde não existia estoque de alimentos nem despesas alimentares comuns, a identificação ocorreu através das despesas com moradia.

Tamanho da unidade de consumo

Corresponde ao número total de moradores integrantes da unidade de consumo.

Estimativa do tamanho médio da unidade de consumo

Conceito utilizado no plano tabular, definido como a razão entre valor estimado da população no total e valor estimado do número de unidades de consumo no total. A mesma definição se aplica para o tamanho médio da unidade de consumo em cada classe de rendimento ou grupo de unidades de consumo.

Pessoas

Pessoa moradora

Pessoa que tinha o domicílio como residência única ou principal e que não se encontrava afastada deste por período superior a 12 meses. Aquelas que se achavam presentes por ocasião da coleta da pesquisa são consideradas moradores presentes. A pessoa é moradora ausente se, por ocasião da coleta, estava afastada temporariamente.

Total de pessoas moradoras

Conceito utilizado no plano tabular, que consiste na estimativa do total do número de pessoas moradoras presentes e ausentes das unidades de consumo na população ou em uma determinada classe. Equivale à estimativa da população residente a partir da POF.

Pessoa de referência da unidade de consumo

Foi considerada aquela pessoa responsável por uma das seguintes despesas: aluguel, prestação do imóvel ou outras despesas de habitação (condomínio, imposto predial, serviços, taxa, etc.). No caso em que nenhum morador satisfizesse a pelo menos uma das condições acima, a pessoa de referência foi aquela assim considerada pelos moradores da unidade de consumo. Se mais de uma pessoa foi identificada pelos moradores, estabeleceu-se a idade mais alta como critério de escolha.

Relação com a pessoa de referência da unidade de consumo

Para cada pessoa moradora do domicílio, foi pesquisada a informação relacionada ao grau de parentesco ou sua natureza de subordinação doméstica em relação à pessoa de referência da unidade de consumo. Abaixo são apresentadas as categorias definidas para esta variável:

Quadro 1 - Relação com a pessoa de referência da unidade de consumo

1	Pessoa de referência
2	Cônjuge
3	Filho
4	Outro parente
5	Agregado
6	Pensionista
7	Empregado doméstico
8	Parente de empregado doméstico

Unidade de orçamento

Morador que teve alguma participação no orçamento da unidade de consumo no período de referência de 12 meses.

Os moradores ausentes, os moradores com menos de 10 anos de idade e os moradores cuja condição no domicílio fosse de empregado doméstico ou parente de empregado doméstico não foram pesquisados como unidade de orçamento. Nas situações de moradores com menos de 10 anos, as aquisições e rendimentos correspondentes são registrados juntamente com os da pessoa responsável pelo menor.

A unidade de orçamento é representada por:

a) Unidade de orçamento despesa

Morador cuja participação no orçamento da unidade de consumo representou a realização de aquisições que resultaram em despesas monetárias e/ou não monetárias.

b) Unidade de orçamento rendimento

Morador cuja participação no orçamento da unidade de consumo representou qualquer tipo de ganho monetário - remuneração do trabalho, transferência, aluguel de imóvel, aplicações financeiras, entre outros. Também foram consideradas todas as pessoas que exerceram algum tipo de trabalho não remunerado.

Características das pessoas

Dentre as características investigadas em cada unidade de consumo, são de interesse desta publicação: sexo, anos de estudo, existência de pessoa com nível superior completo ou incompleto e cor ou raça.

Sexo

Correspondente ao sexo das pessoas do domicílio.

Anos de estudo

Indica o número de anos de estudo para cada morador do domicílio, sendo obtido por programa através das variáveis frequência à escola, curso que frequenta, duração do ensino fundamental, série que frequenta, curso mais elevado que frequentou e última série concluída com aprovação, que foram investigadas diretamente. Nas situações em que não foi possível determinar os anos de estudo, como, por exemplo, nos casos dos supletivos não seriados, foi criada a categoria “não determinado”.

Pessoa com nível superior completo ou incompleto na família

Informação para cada pessoa moradora do domicílio obtida através das variáveis que identificam a frequência à escola ou creche, qual o curso que frequenta e qual o curso mais elevado que frequentou.

Nas tabulações desta publicação, considerou-se as seguintes situações: “todos os moradores das famílias não possuíam nível superior completo ou incompleto”; “apenas um morador possuía nível superior completo ou incompleto” e “mais de uma pessoa moradora possuía nível superior completo ou incompleto”.

Cor ou raça

Definiram-se cinco categorias para a pessoa se classificar quanto à característica cor ou raça: branca, preta, amarela (compreendendo-se nesta categoria a pessoa que se declarou de raça amarela), parda (incluindo-se nesta categoria a pessoa que se declarou mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça de preto com pessoa de outra cor ou raça) e indígena (considerando-se nesta categoria a pessoa que se declarou indígena ou índia).

Para efeito dos resultados tabulados foram consideradas apenas as categorias branca, preta e parda, tendo em vista a baixa precisão alcançada para as estimativas de participação das demais categorias.

Despesas

A POF teve como objetivo principal pesquisar todas as despesas. As despesas foram definidas como monetárias e não monetárias.

Despesas monetárias

São aquelas efetuadas através de pagamento, realizado à vista ou a prazo, em dinheiro, cheque ou com utilização de cartão de crédito.

Despesas não monetárias

São aquelas efetuadas sem pagamento monetário, ou seja, aquisição obtida através de doação, retirada do negócio, troca, produção própria, pescado, caçado e coletado durante os períodos de referência da pesquisa, disponíveis para utilização. As valorações das despesas não monetárias foram realizadas pelos próprios informantes, considerando os preços vigentes no mercado local.

O aluguel atribuído ao domicílio cuja condição de ocupação era diferente de alugado foi o único serviço contabilizado como despesa não monetária.

É importante observar que as despesas não monetárias são iguais, em termos contábeis, aos rendimentos não monetários, com exceção do valor do aluguel estimado, cujo tratamento é explicitado na definição do rendimento. O critério adotado no tratamento das informações para as despesas não monetárias segue as recomendações contidas no documento *Informe de la decimoséptima Conferencia Internacional de Estadísticos del Trabajo* (2003), realizada pela Organização Internacional do Trabalho, em dezembro de 2003.

A forma de obtenção complementa a caracterização das despesas informadas.

Forma de obtenção

Refere-se à forma de obtenção dos produtos e serviços adquiridos pelas unidades de consumo. Foram coletadas informações sobre as aquisições monetária e não monetária. Deste modo, utilizou-se a forma de obtenção como variável de classificação das despesas, com o objetivo principal de identificá-las como monetárias e não monetárias.

Assim, foram definidas as seguintes categorias para a variável forma de obtenção:

- 1 - **Monetária à vista para a unidade de consumo** - quando o dispêndio realizado por qualquer membro na aquisição do produto ou serviço destinado à própria unidade de consumo teve o pagamento efetivado em dinheiro, cheque, cartão de débito bancário, vale-refeição, vale-transporte, etc., e foi praticado sem nenhum parcelamento.
- 2 - **Monetária à vista para outra unidade de consumo** - quando o dispêndio realizado por qualquer membro na aquisição do produto ou serviço destinado a outra unidade de consumo teve o pagamento efetivado em dinheiro, cheque, cartão de débito bancário, vale-refeição, vale-transporte, etc., e foi praticado sem nenhum parcelamento.
- 3 - **Monetária a prazo para a unidade de consumo** - quando o dispêndio realizado por qualquer membro na aquisição do produto ou serviço destinado à própria unidade de consumo teve o pagamento efetivado em dinheiro, cheque, cartão de débito bancário, cartão de crédito, vale-refeição, vale-transporte, etc., e foi praticado com qualquer tipo de parcelamento.

- 4 - **Monetária a prazo para outra unidade de consumo** - quando o dispêndio realizado por qualquer membro na aquisição do produto ou serviço destinado a outra unidade de consumo teve o pagamento efetivado em dinheiro, cheque, cartão de débito bancário, cartão de crédito, vale-refeição, vale-transporte, etc., e foi praticado com qualquer tipo parcelamento.
- 5 - **Cartão de crédito à vista para a unidade de consumo** – quando a aquisição do produto ou serviço destinado à própria unidade de consumo foi monetária com cartão de crédito e praticada sem nenhum parcelamento. Também foram incluídas nessa categoria as aquisições realizadas no período de referência com cartão de crédito à vista que ainda não tinham sido pagas.
- 6 - **Cartão de crédito à vista para outra unidade de consumo** – quando a aquisição do produto ou serviço destinado a outra unidade de consumo foi monetária com cartão de crédito e praticada sem nenhum parcelamento. Também foram incluídas nessa categoria as aquisições realizadas no período de referência com cartão de crédito à vista que ainda não tinham sido pagas.
- 7 - **Doação** - quando, na aquisição do produto pelo morador, não houve nenhum dispêndio em dinheiro, cheque, cartão ou bens e serviços, ou seja, o produto foi adquirido ou obtido sem nenhum custo. Como exemplo: presentes, remédios recebidos em postos de saúde e cesta básica de alimentos fornecida pelo empregador.
- 8 - **Retirada do negócio** - quando a aquisição do produto pelo morador foi feita utilizando-se estoque não destinado ao consumo do domicílio e voltado para o comércio ou negócio a cargo do morador.
- 9 - **Troca** - quando um produto foi adquirido pelo morador mediante permuta por outro produto ou serviço.
- 10 - **Produção própria** - quando a aquisição do produto pelo morador representou uma retirada de sua própria produção (autoconsumo). Essa classificação só foi utilizada se nenhuma parte da produção foi comercializada, pois, caso contrário, representou uma retirada do negócio.
- 11 - **Outra** - quando foi verificada uma outra forma de aquisição que não se enquadrasse nas definições acima, como produto achado, produto roubado, entre outros.

Cabe ressaltar que, na classificação adotada na geração dos resultados para todos os tipos de aquisições, definiu-se como despesas monetárias aquelas correspondentes às categorias da variável forma de obtenção de 1 a 6, e como despesas não monetárias as correspondentes às categorias de 7 a 11.

Despesa total

Inclui todas as despesas monetárias realizadas pela unidade de consumo na aquisição de produtos, serviços e bens de qualquer espécie e natureza, e também as despesas não monetárias com produtos e bens, além do serviço de aluguel.

Compõem a despesa total todas as despesas monetária e não monetária correntes (despesas de consumo e outras despesas correntes), o aumento do ativo e a diminuição do passivo.

Despesas correntes

As despesas correntes incluem as despesas de consumo e as outras despesas correntes.

Despesas de consumo

Correspondem às despesas realizadas pelas unidades de consumo com aquisições de bens e serviços utilizados para atender diretamente às necessidades e desejos pessoais de seus componentes no período da pesquisa. Estão organizadas segundo os seguintes grupamentos: alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde, educação, recreação e cultura, fumo, serviços pessoais e outras despesas diversas não classificadas anteriormente.

Nas tabelas de resultados, as despesas de consumo são apresentadas segundo as categorias relacionadas a seguir:

Alimentação

Aquisição total com alimentação realizada pela unidade de consumo, tanto a destinada e utilizada no domicílio quanto aquelas realizadas e consumidas fora do domicílio.

Na tabela específica de despesas com alimentação no domicílio, onde são apresentados detalhamentos por grupos de alimentos, no grupo "outros", incluíram-se todas as informações de aquisições de produtos agregados como, por exemplo, sacolão.

Habitação

Despesas com aluguel de moradia e eventuais adicionais incidentes por atrasos. Encontra-se incluído nesta categoria de despesa, para as situações dos domicílios cuja condição de ocupação é diferente de alugado, o aluguel não monetário (valor estimado que o informante pagaria se o domicílio estivesse alugado).

Despesas com condomínio e eventuais adicionais por atrasos.

Despesas com serviços e taxas de energia elétrica, telefone fixo, telefone celular, pacote de telefone, TV e Internet, gás de uso doméstico (gás encanado e gás de bujão), água e esgoto. Estão agregadas no item outros as despesas com acesso à Internet, TV por assinatura, outras despesas com locação de imóvel (contrato, depósito de locação, etc.), seguros sobre o imóvel (incêndio, roubo, etc.) e taxas de serviços em geral.

Despesas com manutenção e pequenos reparos com habitação como: cimento, tijolo, vidro, tinta, artigos de jardinagem (planta, terra, xaxim, etc.). Também estão incluídas as despesas com serviços domésticos (faxineira, lavadeira, passadeira, jardineiro, etc.), com dedetização e também despesas com aquisição de água, lenha e carvão vegetal.

Aquisições de artigos e produtos de limpeza do domicílio, tais como: água sanitária, vassoura de qualquer tipo, rodo, espanador e pano de chão.

Aquisições de eletrodomésticos e equipamentos do lar tais como: refrigerador; *freezer*; máquina de lavar roupas; máquina de lavar louça; fogão; aspirador de pó; *grill*; aparelho de fax; forno de micro-ondas; microcomputador; televisão; conjunto de som; aparelho de DVD; aparelho de CD-ROM; e equipamentos elétricos e eletrônicos diversos.

Na linha “outras”, estão agregadas as despesas com conserto e manutenção de aparelhos domésticos, móveis, eletroeletrônicos e equipamentos do lar. Também estão incluídas as aquisições de mobiliários e artigos do lar, tais como: móveis; luminárias; adornos e enfeites; roupas de cama; mesa e banho; outros têxteis (como, por exemplo, cortinas); e artigos de copa e cozinha.

Vestuário

Despesas com a aquisição de roupas prontas para homem, mulher e crianças, calçados e apetrechos (bolsas e cintos), jóias e bijuterias, tecidos e artigos de armarinho.

Transporte

Despesas habituais com transporte urbano, tais como: ônibus; táxi; metrô; integração; trem; barca; transporte alternativo; bonde; e plano inclinado.

Inclui também as aquisições de combustível (gasolina e álcool) para veículo próprio, manutenção e acessórios, aquisição de veículos e despesas com viagens esporádicas (avião, ônibus, etc.).

Na linha “outras”, estão agregadas despesas como: estacionamento, pedágio, óleo diesel, gás combustível e seguro obrigatório.

Higiene e cuidados pessoais

Despesas com a aquisição de artigos de higiene e de beleza como perfume, produtos para cabelo, sabonete, instrumentos e produtos de uso pessoal como artigos de maquiagem, produtos de limpeza de pele, lâmina de barbear, alicate e cortador de unha.

Assistência à saúde

Despesas com produtos e serviços relativos à saúde, tais como: remédios; planos e seguros saúde; consulta e tratamento dentário; consulta médica; tratamento médico e ambulatorial (cauterização, curativo, nebulização, aplicação de raio *laser*, hemodiálise e outros); serviços de cirurgia; hospitalização; exames diversos (eletrodiagnóstico, exame de laboratório, radiografia, etc.) e material de tratamento (seringa, termômetro, teste de gravidez, óculos e lentes, etc.).

Na linha “outras”, estão agregadas as despesas e aquisições chupeta, mamadeira, ambulância (remoção), aluguel de aparelho médico, etc.

Educação

Despesas efetuadas com mensalidades e outras despesas escolares com cursos regulares (pré-escolar, fundamental e médio), curso superior de graduação, outros cursos e atividades (curso supletivo, informática, cursos de idioma e outros), livros didáticos e revistas técnicas, artigos escolares (mochila escolar, merendeira, etc.).

Na linha “outras”, estão agregadas as despesas tais como: uniforme escolar, matrícula e outras despesas com educação.

Recreação e cultura

Despesas com brinquedos e jogos (bola, boneca, *software*, etc.), celular e acessórios (aparelhos e acessórios de telefonia celular), livros, revistas e periódicos não didáticos (jornais, revistas infantis, etc.). Inclui, ainda, despesas com recreações e esportes (cinema, teatro, futebol, ginástica, artigos de caça, pesca, *camping*, etc.).

Na linha “outras”, estão agregadas as despesas com instrumentos musicais, equipamentos esportivos, artigos de acampamento e demais despesas similares.

Fumo

Despesas com cigarros, charutos, fumo para cachimbo, fumo para cigarros e outros artigos para fumante como, por exemplo, fósforos e isqueiros.

Serviços pessoais

Despesas com cabeleireiro, manicuro e pedicuro, consertos de artigos pessoais (sapateiro, relojoeiro, chaveiro, etc.). Também estão agregadas na linha “outras” as despesas com depilação, maquiagem, esteticista e demais despesas com serviços similares.

Despesas diversas

Referem-se às despesas com jogos e apostas, comunicação (correio, telefone público, etc.), cerimônias e festas familiar e religiosa, serviços profissionais como: de cartório, advogado, despachante, contador e despesas com imóveis de uso ocasional (aluguel de imóvel, condomínio, etc.). Inclui, ainda, na linha “outras” as despesas não classificadas anteriormente como: reforma e manutenção de jazigo, aluguel de aparelhos e utilidades de uso doméstico, alimentos e outros produtos para animais, flores naturais, etc.

Outras despesas correntes

As outras despesas correntes correspondem a despesas com: impostos pagos, tais como: imposto sobre propriedade de imóveis; imposto de renda; imposto sobre serviços; imposto sobre propriedade de veículos e emplacamento de veículo; contribuições trabalhistas, como previdência pública, conselho e associação de classe na qual está incluído o imposto sindical; serviços bancários (tarifas e taxas); pensões, mesadas, doações e previdência privada.

Nas tabelas, na linha “outras”, estão agregadas despesas como, por exemplo: seguro de vida, seguro de acidentes pessoais, seguro de bens móveis, pagamento de asilo, indenização a terceiros e demais despesas de mesma natureza.

Aumento do ativo

O aumento do ativo corresponde a despesas com aquisição de imóveis, construção e melhoramento de imóveis próprios e outros investimentos como, por exemplo, títulos de capitalização, títulos de clube, aquisição de terrenos para jazigo e outras

aquisições similares. O aumento do ativo pode ser traduzido como um aumento do patrimônio familiar.

Diminuição do passivo

Na diminuição do passivo, estão incluídas as despesas com pagamentos de débitos, juros e seguros com empréstimos pessoais (inclusive dívidas judiciais e carnês de mercadorias e prestação de financiamento de imóvel).

Nas tabelas de despesas total monetária e não monetária, que apresentam variáveis indicadoras de pessoas, os diferentes grupos de despesas são apresentados de forma mais agregada.

Rendimento total e variação patrimonial

A análise dos rendimentos e da variação patrimonial é determinante para os estudos socioeconômicos e, em particular, na POF, tendo em vista a possibilidade de análise conjunta com as despesas, que permitem avaliações mais completas, a partir dos orçamentos domésticos.

Rendimento total

O rendimento bruto total da unidade de consumo corresponde ao somatório dos rendimentos brutos monetários dos componentes das unidades de consumo, exclusive os empregados domésticos e seus parentes, acrescido do total dos rendimentos não monetários das unidades de consumo.

Rendimento monetário

Considerou-se como rendimento todo e qualquer tipo de ganho monetário, exceto a variação patrimonial, recebido durante o período de referência de 12 meses anteriores à data de realização da coleta das informações.

O rendimento foi pesquisado para cada um dos moradores que constituiu uma unidade de orçamento/rendimento.

Rendimento do trabalho

Refere-se à remuneração monetária bruta proveniente do trabalho de empregado (público, privado ou doméstico), e de empregador e conta-própria.

Rendimento do empregado

Rendimento da pessoa que trabalha para um empregador, geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho recebendo, em contrapartida, remuneração total ou parcial em dinheiro. São incluídos também outros tipos de remuneração: horas extras, participação nos lucros, auxílio-refeição, auxílio-transporte, auxílio combustível, rendimentos e abono-salário do PIS/PASEP, saques do PIS/PASEP e do FGTS, indenizações trabalhistas, salário-educação, auxílio-creche, auxílio-moradia e outros.

O empregado foi investigado como público, privado, doméstico e empregado temporário na área rural.

Rendimento do empregador e conta-própria

Empregador é a pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, tendo pelo menos um empregado remunerado.

Conta-própria é a pessoa que, individualmente ou com sócio, sem ter empregado e contando ou não com ajuda de trabalhador não remunerado, membro da unidade de consumo, explora uma atividade econômica ou exerce uma profissão ou ofício de forma permanente ou eventual.

Considerou-se como rendimento do empregador ou conta própria a retirada ou ganho líquido. Esse valor corresponde aos rendimentos recebidos, deduzidas as despesas necessárias ao exercício da atividade econômica, tais como: aluguel, matéria-prima, telefone, energia elétrica, e, no caso de empregador, pagamentos e encargos relativos aos empregados.

Transferência

É o rendimento monetário bruto proveniente de:

- Aposentadoria e pensão de previdência pública e INSS

Aposentadoria e pensão de previdência pública e INSS, auxílio-doença, restituição de previdência pública, devolução de previdência pública e abonos, como 13º salário e outros.

- Aposentadoria de previdência privada

Aposentadoria de previdência privada (aposentadoria, suplementação e complementação da previdência privada, aberta ou fechada, recebidas pelo contribuinte sob a forma de pecúlio e suplementação ou complementação de aposentadoria).

- Programas sociais federais

Transferências de renda de programas sociais federais: bolsa família, benefício de prestação continuada – BPC (LOAS) e programa de erradicação do trabalho infantil (PETI).

- Pensão alimentícia, mesada e doação

Pensão alimentícia, mesada, doação e transferência interfamiliar.

- Outras transferências

Prêmios restituídos e indenizações pagas por seguradoras, ganhos de jogos, salário-família, auxílio-natalidade, programas sociais estadual e municipal, seguro-desemprego, auxílio-maternidade, auxílio-funeral e outras transferências similares.

Rendimento de aluguel

Refere-se ao rendimento monetário bruto proveniente de aluguel, ocupação, uso ou exploração de direitos de bens imóveis, inclusive sublocação de casas, apartamentos, cômodos, sítios, lojas, vagas em garagem, fazendas, terras e outros. Inclui também o aluguel, uso ou exploração de direitos de bens móveis como, por exemplo: veículos, apetrechos para festas, exploração de direitos autorais e invenções.

Outras rendas

Refere-se às rendas monetárias provenientes de vendas eventuais como, por exemplo: vendas de automóveis, consórcios e outros produtos; crédito-educativo, juros de empréstimos; e outros. Ganhos com operações financeiras de títulos de renda, lucros e dividendos em dinheiro atribuídos a ações, juros, correções.

Rendimento não monetário

Considerou-se como rendimento não monetário a parcela equivalente às despesas não monetárias como definidas anteriormente.

É importante observar que as despesas não monetárias são iguais, em termos contábeis, às receitas não monetárias com exceção do aluguel estimado.

Para a imputação do valor do rendimento não monetário correspondente ao aluguel de imóveis, foram deduzidas, do valor do aluguel estimado pelas unidades de consumo, as despesas com manutenção e reparos, impostos, taxas de serviços e seguros com o domicílio, conforme as recomendações contidas no documento *Informe de la decimoséptima Conferencia Internacional de Estadísticos del Trabajo* (2003), realizada pela Organização Internacional do Trabalho, em dezembro de 2003.

Variação patrimonial

Compreende vendas de imóveis, recebimentos de heranças e o saldo positivo da movimentação financeira (depósitos e retiradas de aplicações financeiras como, por exemplo, poupança e cotas de fundos de investimento).

Rendimento total e variação patrimonial médio mensal familiar

Para um determinado conjunto de dados, a estimativa do rendimento total e variação patrimonial médio mensal familiar é a soma dos rendimentos monetários mensais brutos, dos rendimentos não monetários mensais das unidades de consumo e da variação patrimonial, dividida pelo número de unidades de consumo contidas neste conjunto.

Salário mínimo

Considerou-se o valor de R\$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais) vigente em 15 de janeiro de 2009, data de referência da pesquisa.

Classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar

Na presente divulgação, nas tabelas de apresentação dos resultados, foi utilizado o termo classe de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar. Cabe destacar que o rendimento total foi definido como a soma dos rendimentos monetário e não monetário mensal familiar e a parcela monetária referente à variação patrimonial.

Na definição das classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar para as tabelas apresentadas, optou-se por utilizar sete grupamentos, definidos em salários mínimos, sendo que a categoria “sem rendimento” foi incluída na primeira classe.

A seguir, é apresentada a relação das sete classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar com valores em reais e os valores equivalentes em salários mínimos de 15 de janeiro de 2009. Por simplificação, ao longo do texto, quando da abordagem das classes de rendimentos e variação patrimonial, estas serão denominadas classes de rendimentos.

Quadro 2 - Classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar

Reais mensais (R\$)	Salários mínimos
Até 830,00 (1)	Até 2 (1)
Mais de 830,00 a 1 245,00	Mais de 2 a 3
Mais de 1 245,00 a 2 490,00	Mais de 3 a 6
Mais de 2 490,00 a 4 150,00	Mais de 6 a 10
Mais de 4 150,00 a 6 225,00	Mais de 10 a 15
Mais de 6 225,00 a 10 375,00	Mais de 15 a 25
Mais de 10 375,00	Mais de 25

(1) Inclusive sem rendimento.

Avaliação subjetiva das condições de vida

Ao final da entrevista realizada na unidade de consumo, um conjunto de quesitos relativos à qualidade de vida das famílias foi pesquisado. Estas questões, de caráter subjetivo, foram obtidas através de entrevista com a pessoa escolhida pela família para responder o questionário. Foram abordados os seguintes aspectos: o grau de dificuldade ou de facilidade da família para chegar ao fim do mês com seu rendimento; o valor monetário mínimo necessário para cumprir com este objetivo e, de forma equivalente, o valor necessário para cobrir os gastos com alimentação; a avaliação quanto à quantidade e ao tipo de alimentação consumida, e as razões de não estar se alimentando como quer; as condições de sua moradia em relação a alguns serviços e à existência de problemas nos domicílios e vizinhança; e a capacidade de pagamento de algumas despesas. Estas informações ampliam abordagens de estudos sobre condições de vida e, em especial, pobreza e desigualdade que, associadas às demais informações da POF, oferecem um conjunto de indicadores que enriquecem as possibilidades analíticas da pesquisa.

Nesta publicação, são apresentados resultados sobre uma parte dos aspectos subjetivos investigados. A esse respeito seguem algumas informações complementares.

Suficiência do rendimento

A percepção sobre a suficiência do rendimento mensal da unidade de consumo foi indicada segundo seis gradações de avaliação, que vão de “muita dificuldade” à “muita facilidade”.

Quantidade de alimento consumido

A percepção sobre a quantidade de alimento consumida foi indicada a partir de três gradações - “normalmente não é suficiente”, “às vezes não é suficiente” e “é sempre suficiente”.

Qualidade do alimento consumido

A percepção sobre a qualidade do alimento consumido foi informada em três gradações, se o alimento consumido pela família é “sempre do tipo que quer”, “nem sempre do tipo que quer” e “raramente do tipo que quer”.

Aspectos de amostragem

Planejamento da amostra

Em linhas gerais, o plano de amostragem adotado para a POF 2008-2009 é basicamente o mesmo que o implementado na POF 2002-2003, sendo, contudo, pertinente a inclusão de algumas explicações adicionais sobre a adoção da amostra mestra de setores censitários nas pesquisas domiciliares do IBGE e a influência desta no atual plano amostral da pesquisa.

Com o objetivo de facilitar ainda mais a integração entre as suas diferentes pesquisas domiciliares, o IBGE tem trabalhado no planejamento do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares, um amplo projeto que busca harmonizar conceitos e definições de variáveis comuns, procedimentos de coleta e listagem de setores censitários, dentre outros procedimentos fundamentais para a qualidade das pesquisas. Um ponto-chave para o sucesso desta integração se encontra na utilização de uma infraestrutura amostral comum, cadastro e amostra, definidos especialmente para atender a diferentes pesquisas ao mesmo tempo. A amostra comum, denominada amostra mestra, é um conjunto de setores censitários, que são considerados unidades primárias de amostragem no planejamento amostral de cada uma das pesquisas que utilizarão essa infraestrutura comum.

É importante explicar que para a realização dos Censos Demográficos, por questões operacionais, os municípios do Brasil são divididos em áreas, denominadas setores censitários. Assim, como em outras pesquisas por amostragem realizadas pelo IBGE, a POF também possui em seu planejamento amostral um estágio de seleção de setores censitários e, na edição de 2008-2009, utilizou como base de seleção a amostra mestra desenhada no âmbito do planejamento do referido sistema.

A amostra mestra permite então que várias subamostras possam ser selecionadas a partir de seu conjunto de setores censitários, conjunto este selecionado segundo metodologia estabelecida (FREITAS et al., 2007) a partir de um cadastro inicial contendo todos os setores censitários disponíveis à época do Censo Demográfico 2000. A amostra de setores censitários da POF 2008-2009 é uma das possíveis subamostras da amostra mestra.

Um dos aspectos específicos para a definição da amostra da POF refere-se principalmente à questão da estratificação dos setores censitários, não somente com relação à estratificação geográfica, mas também com relação à estratificação estatística. Para atender a essa característica historicamente presente nas amostras das POFs e expandi-las a outras pesquisas por amostra, a metodologia de estratificação definida para a seleção da amostra mestra levou em consideração esses aspectos em sua construção. Ademais, esse procedimento agrega ganhos importantes de eficiência das amostras *vis a vis* a precisão das estimativas produzidas a partir das pesquisas. A amostra mestra foi implementada levando-se em consideração o seguinte esquema de estratificação:

- 1 - Divisão administrativa: municípios das capitais, regiões metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento - RIDES;
- 2 - Espacial/geográfica: áreas de ponderação, municípios;
- 3 - Situação dos setores censitários: urbana ou rural; e
- 4 - Estatística: a partir da variável renda do responsável, obtida no Censo Demográfico 2000.

Uma vez que a seleção dos setores censitários para formar o conjunto de setores da amostra mestra respeitou o esquema de estratificação apresentado, a condição da amostra da POF, como uma subamostra selecionada a partir deste conjunto, por um lado, implicou na subordinação ao sistema de estratificação predefinido para o conjunto das pesquisas amostrais, e, por outro, manteve a possibilidade de comparação com o esquema de estratificação adotado nas edições anteriores, especialmente na POF 2002-2003.

O esquema de estratificação da amostra mestra é bem detalhado, principalmente no que se refere à estratificação geográfica, e para atender a características próprias da POF alguns destes níveis puderam ser agrupados, sem perda das características fundamentais da estratificação original. Desde a implementação das POFs, é assegurada a obtenção de resultados da pesquisa para alguns domínios de estimação, isto é feito considerando estes domínios no esquema de estratificação. Apesar de a estratificação ser diferente nesta edição, é possível reproduzir a estratificação das edições anteriores agregando estratos, como dito anteriormente, desta forma pode-se comparar resultados obtidos para os mesmos domínios. Exemplos de domínios para os quais é possível gerar resultados são: municípios das capitais, situação urbana, e área urbana das regiões metropolitanas, estas últimas incluindo o município da capital. As regiões metropolitanas levadas em conta na estratificação das edições anteriores, desde a POF 1987-1988, foram mantidas na POF 2008-2009: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Em relação à POF 2002-2003 há uma diferença, que é a não inclusão da Região Administrativa de Brasília, que não foi separada para compor um estrato geográfico.

Com relação ao último nível do esquema de estratificação da amostra mestra, dentro de cada estrato geográfico definido, foram então calculados um quantitativo de estratos estatísticos, cujo número total foi diferente para cada Unidade da Federação, considerando as respectivas particularidades. Para a construção dos estratos estatísticos (socioeconômicos), a variável renda total do responsável pelo domicílio, obtida a partir dos resultados do Censo Demográfico 2000, foi utilizada para efeito dos

cálculos. A estratificação estatística que é empregada na amostra da POF 2008-2009 é exatamente aquela proveniente da amostra mestra.

Com as explicações anteriores e considerando as definições das técnicas de amostragem, no âmbito da teoria estatística, é possível identificar que, para a POF 2008-2009, adotou-se um plano amostral denominado como conglomerado em dois estágios, com estratificações geográfica e estatística das unidades primárias de amostragem que correspondem aos setores da base geográfica do Censo Demográfico 2000, a partir da estrutura oferecida pela amostra mestra desenhada pelo IBGE para o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares em construção. Os setores foram selecionados por amostragem com probabilidade proporcional ao número de domicílios existentes no setor, dentro de cada estrato final, compondo a amostra mestra. A subamostra de setores para a POF 2008-2009 foi selecionada por amostragem aleatória simples em cada estrato. No plano adotado, as unidades secundárias de amostragem foram os domicílios particulares permanentes, que foram selecionados por amostragem aleatória simples sem reposição, dentro de cada um dos setores selecionados. Em seguida ao processo de seleção de setores e domicílios, os setores são distribuídos ao longo dos quatro trimestres da pesquisa, garantindo que em todos os trimestres, os estratos geográfico e socioeconômico estejam representados através dos domicílios selecionados.

Dimensionamento da amostra

O tamanho da amostra de setores foi determinado em função do tipo de estimador utilizado e do nível de precisão fixado para estimar o total dos rendimentos das pessoas moradoras responsáveis pelos domicílios, obtidos a partir dos dados do Censo Demográfico 2000, e, ainda, levando em consideração o número esperado de domicílios com entrevistas realizadas em cada setor, segundo cada domínio de estimação considerado. Foram identificados dois níveis geográficos de controle para o cálculo do tamanho da amostra, a saber: área urbana de cada Unidade da Federação e área rural de cada Grande Região.

Foram fixados diferentes coeficientes de variação para estimar com a precisão desejada o total da renda dos responsáveis pelos domicílios, segundo os diferentes domínios de estimação. Os níveis de precisão fixados foram estabelecidos a partir das análises realizadas com as precisões para a mesma variável e calculados a partir dos dados da POF 2002-2003. Para estimar o total nas Unidades da Federação da Região Norte, foram fixados coeficientes de variação que variaram de 10% a 15%. Para a Região Nordeste, os coeficientes fixados ficaram entre 5% e 10%. No caso das Regiões Sudeste e Sul, a variação dos coeficientes ficou entre 3% e 7%. Por último, na Região Centro-Oeste, os coeficientes de variação variaram entre 8% e 10%.

A alocação da amostra total de setores selecionados em cada estrato foi proporcional ao número total de domicílios particulares permanentes no estrato, com a condição de haver pelo menos três setores na amostra de cada estrato. Foi fixado o número de domicílios com entrevistas por setor de acordo com a área da pesquisa: 12 domicílios nos setores urbanos, 16 nos setores rurais. O tamanho efetivo da amostra foi de 4 696 setores, correspondendo a um número esperado de 59 548 domicílios com entrevista.

Seleção da amostra

A seleção de setores para compor a amostra mestra ocorreu de forma independente em cada estrato proporcional ao número de domicílios do setor da malha setorial do Censo Demográfico 2000. Os setores da amostra da POF 2008-2009, por sua vez, foram selecionados a partir dos setores da amostra mestra, através de um procedimento de seleção definido como amostra aleatória simples.

Através do procedimento explicado, foram então selecionados os 4 696¹ setores para a amostra da pesquisa, de um total de 12 800 setores pertencentes à amostra mestra. Após o procedimento de seleção dos setores e a alocação desses setores nos quatro trimestres da pesquisa, deu-se início ao processo de atualização (operação de listagem) dos cadastros de endereços dos domicílios (cadastro de seleção). Nesta pesquisa, tal processo foi realizado em quatro etapas, contemplando cada um dos trimestres da pesquisa. A decisão por essa periodicidade trimestral para o processo de atualização foi tornar o cadastro o mais atualizado possível para a realização de cada etapa de seleção dos domicílios para compor a amostra a ser entrevistada a cada trimestre. O objetivo da atualização dos cadastros de seleção é o de minimizar a perda de entrevistas por motivos, tais como: domicílio que já deixou de existir, domicílio em ruínas, etc.

Mesmo com todos os cuidados com a atualização do cadastro de seleção, avaliou-se pela pertinência de se ampliar o número de entrevistas, prevendo eventuais perdas ao longo da fase de coleta das informações, por recusa do morador ou por não conseguir abrir o domicílio, por exemplo. Sendo assim, para esta pesquisa, estimou-se uma perda média de 15% das entrevistas e acréscimo de igual proporção foi atribuído ao total de domicílios a serem selecionados por setor da amostra. Em termos práticos, para compensar as perdas futuras com entrevistas não realizadas, foi selecionado, em cada setor urbano, um total de 13 domicílios, enquanto para os setores de situação rural foram selecionados 18 domicílios.

Com base nas informações das listagens dos domicílios, foram identificados aqueles setores com altas taxas de crescimento em relação às informações do Censo Demográfico 2000 e com elevadas taxas de domicílios fechados. Nesses setores foram feitos acréscimos maiores, no momento da seleção, até o limite de 28 domicílios para os setores das áreas urbana e rural, com a finalidade de compensar eventuais perdas na precisão das estimativas.

De posse do total de domicílios listados e do número de domicílios a serem efetivamente selecionados por setor, realizou-se a seleção aleatória sem reposição dos domicílios, independente em cada setor. Na Tabela 1, estão apresentados, além do número de domicílios esperados e identificados no dimensionamento da amostra, os números de domicílios selecionados e de domicílios entrevistados por Unidade da Federação.

Visando garantir a distribuição dos estratos da amostra ao longo dos 12 meses de duração da pesquisa, os setores de cada estrato foram aleatoriamente alocados por trimestre e seus domicílios espalhados ao longo do mesmo. Este processo de alocação visa a observação para domicílios de todos os estratos, das naturais variações dos padrões de consumo conforme as épocas do ano.

¹ Dos 4 696 setores, dois apresentaram todas as entrevistas como não realizadas, sendo então seus fatores de expansão redistribuídos pelos outros setores do mesmo estrato.

Expansão da amostra

Cada domicílio pertencente à amostra da POF representa um determinado número de domicílios particulares permanentes da população (universo) de onde esta amostra foi selecionada. Com isso, a cada domicílio da amostra está associado um peso amostral ou fator de expansão que, atribuído às características investigadas pela pesquisa, permite a obtenção de estimativas das quantidades de interesse para o universo da pesquisa.

Tabela 1 - Número de setores selecionados e domicílios esperados, selecionados e entrevistados, segundo as Unidades da Federação - período 2008-2009

Unidades da Federação	Número de setores selecionados	Número de domicílios na amostra		
		Esperados	Selecionados	Entrevistados
Brasil	4 696	59 548	68 373	55 970
Rondônia	73	952	1 090	907
Acre	66	848	975	863
Amazonas	105	1 356	1 531	1 344
Roraima	55	700	868	644
Pará	156	2 048	2 375	1 894
Amapá	44	568	704	689
Tocantins	102	1 308	1 489	1 270
Maranhão	209	2 656	3 072	2 562
Piauí	153	1 956	2 202	2 056
Ceará	143	1 876	2 178	1 861
Rio Grande do Norte	113	1 428	1 592	1 342
Paraíba	128	1 620	1 846	1 628
Pernambuco	193	2 440	2 823	2 367
Alagoas	246	3 032	3 345	2 712
Sergipe	141	1 716	1 956	1 654
Bahia	245	3 164	3 600	3 050
Minas Gerais	439	5 488	6 333	5 028
Espírito Santo	330	4 036	4 543	3 489
Rio de Janeiro	171	2 156	2 509	1 938
São Paulo	294	3 780	4 290	3 623
Paraná	231	2 904	3 272	2 477
Santa Catarina	182	2 304	2 602	2 029
Rio Grande do Sul	189	2 412	2 703	2 210
Mato Grosso do Sul	166	2 116	2 670	2 247
Mato Grosso	208	2 680	3 126	2 423
Goiás	197	2 532	2 976	2 686
Distrito Federal	117	1 472	1 703	977

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Os pesos foram calculados, inicialmente, com base no plano de seleção efetivamente utilizado, incorporando ajustes para compensar a não resposta das unidades investigadas. Posteriormente, os pesos sofreram ajustes de pós-estratificação, procedimento que consistiu em obter para cada um dos pós-estratos definidos e segundo cada Unidade da Federação, estimativas para o total de pessoas que fossem equivalentes às respectivas projeções populacionais obtidas para 15 de janeiro de 2009².

² Projeções fornecidas pela Coordenação de População e Indicadores Sociais, da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

Os pós-estratos definidos para cada Unidade da Federação foram: municípios das capitais, regiões metropolitanas (menos o município da capital) e o restante da Unidade da Federação.

Obtenção das estimativas

A estimação do total de qualquer variável investigada na pesquisa foi feita multiplicando-se o valor da variável pelo peso associado à unidade de análise correspondente (domicílio, unidade de consumo ou pessoa). O peso foi calculado para cada domicílio e atribuído a cada unidade de consumo e pessoa desse domicílio. Dessa forma, foi possível calcular estimativas de totais para qualquer variável investigada na pesquisa, seja para características de domicílio, de unidade de consumo ou de pessoa.

Estimativas de razão também são objeto de algumas das tabelas desta publicação. É o caso, por exemplo, das despesas monetária e não monetária mensal familiar por classes de rendimentos monetário e não monetário mensal familiar. Estas estimativas são obtidas, tendo como numerador o total estimado das despesas monetária e não monetária e como denominador o total estimado de unidades de consumo na classe de rendimento correspondente.

Precisão das estimativas

Para cada estimativa derivada da pesquisa, é necessário obter uma medida de precisão que auxilie na análise e interpretação dos dados resultantes da pesquisa. A medida então usada foi obtida através da variância do estimador, que, em geral, por não ser conhecida, é estimada pelos dados da própria pesquisa. A variância é uma função do tipo de estimador, do plano amostral e do procedimento de expansão da amostra adotado.

Os estimadores de variância de totais e razões, quantidades estimadas nesta pesquisa, foram obtidos através de Linearização de Taylor e do Método do Conglomerado Primário (HANSEN; HURWITZ; MADOW, 1953). Os erros amostrais foram avaliados através das estimativas dos coeficientes de variação, obtidos dividindo-se a variância estimada pela estimativa da quantidade de interesse. Os coeficientes de variação das estimativas das tabelas selecionadas serão disponibilizados no CD-ROM que acompanha esta publicação e no portal do IBGE na Internet. Em meio impresso, estão sendo disponibilizados, nas Tabelas 1 e 2 no Anexo, apenas os coeficientes de variação das estimativas das Tabelas 1.1.1 e 2.1.1 do plano tabular.

Principais aspectos da coleta de informações

Instrumentos de coleta

A definição de instrumentos de coleta requer que alguns aspectos sejam considerados, como as características dos locais onde a pesquisa será realizada, para possibilitar ao informante a precisão das respostas e determinar o ritmo da entrevista. Além disso, as experiências de trabalhos anteriores da própria instituição, bem como de outras instituições nacional e internacional são levadas em conta. Questões, como

períodos de referência dos dados, registros diários e método recordatório podem ser citados como fatores específicos que determinam os instrumentos de coleta numa POF.

Os instrumentos de coleta utilizados na POF 2008-2009, organizados segundo o tipo de informação a ser pesquisada, são apresentados a seguir:

POF 1 - Questionário de Características do Domicílio e dos Moradores

No Questionário POF 1, foram obtidas as informações gerais sobre o domicílio: tipo do domicílio, número de cômodos, forma de abastecimento de água, tipo de esgotamento sanitário, origem da energia elétrica, condição de ocupação, material predominante no piso, existência de pavimentação na rua, tempo de moradia, etc. Também neste questionário foram coletadas informações sobre as características de todos os moradores: relação com a pessoa de referência da unidade de consumo, sexo, idade, escolaridade, a cor ou raça, religião, dados antropométricos (peso e altura), fecundidade, etc. Adicionalmente foram investigadas neste questionário a disponibilidade de crédito (cartões de crédito e/ou cheques especiais) e plano ou seguro-saúde.

POF 2 - Questionário de Aquisição Coletiva

No Questionário POF 2, foram pesquisadas as aquisições monetária e não monetária de produtos de uso comum da família, além das despesas monetárias com serviços e taxas de energia elétrica, água e esgoto, telefone fixo, gás de uso doméstico, aluguel, condomínio, prestação e outras despesas do domicílio principal, serviços domésticos, construção, reforma e pequenos reparos de habitação ou jazigo, aquisição, aluguel, consertos ou manutenção de móveis, eletrodomésticos, máquinas e utensílios de uso doméstico, aquisição de artigos de decoração e equipamentos diversos. Neste questionário também foram levantadas informações sobre quantidade, ano de aquisição, estado (novo ou usado) e forma de obtenção de diferentes tipos de bens duráveis existentes em uso pelo domicílio.

POF 3 - Caderneta de Aquisição Coletiva

No Questionário POF 3, foram registradas informações sobre aquisições monetária e não monetária de alimentos, bebidas, artigos de higiene pessoal e de limpeza, combustíveis de uso doméstico e outros produtos, cuja aquisição costuma ser frequente e, em geral, servem a todos os moradores.

POF 4 - Questionário de Aquisição Individual

No Questionário POF 4, foram investigados os tipos de aquisições de produtos e respectivas despesas monetária e não monetária com produtos e as despesas monetárias realizadas com serviços caracterizados de uso ou finalidade individual, como: comunicações, transportes, educação, alimentação fora de casa, fumo, jogos e apostas, diversões, uso e aquisição de celular, produtos farmacêuticos e assistência à saúde, artigos de perfumaria e produtos para pele e cabelo, serviços de cabeleireiro e outros, artigos de papelaria e leitura e assinatura de periódicos, vestuário e calçados, tecidos e roupas de banho, viagens, aquisição e manutenção de veículos. Foram também investigados os gastos individuais com serviços bancário e profissional, cerimônias e festas, joias, despesas com outros imóveis, contribuições trabalhistas e pensões.

Neste questionário de despesas individuais, assim como no questionário e na caderneta de despesas coletivas, foram investigadas informações sobre tipos de estabelecimento em que foram adquiridos produtos e serviços e as formas de obtenção das aquisições realizadas pelas unidades de consumo.

POF 5 - Questionário de Trabalho e Rendimento Individual

No POF 5, foram pesquisados todos os rendimentos monetários obtidos através de trabalho - contendo nestes casos informações sobre ocupações, atividades e posições na ocupação - de transferências, outros rendimentos e receitas e empréstimos, bem como as principais deduções e encargos incidentes sobre os mesmos. Também foram pesquisadas informações sobre depósitos e retiradas relativas a aplicações financeiras.

POF 6 - Avaliação das Condições de Vida

No POF 6, foram obtidas informações de caráter subjetivo, a respeito das condições de vida da unidade de consumo, por intermédio de entrevista com a pessoa responsável pela unidade de consumo ou aquela pessoa assim considerada pelos demais moradores. Neste questionário foi levantada a opinião do informante sobre a suficiência do rendimento mensal, a quantidade e qualidade dos alimentos para consumo pela família, as condições de moradia e do entorno do domicílio e a capacidade ou não de pagamento de algumas despesas referentes ao domicílio.

POF 7 - Bloco de Consumo Alimentar Pessoal

No POF 7, foram pesquisadas informações referentes ao consumo alimentar efetivo de todos os indivíduos moradores com 10 anos ou mais de idade, pertencentes à(s) unidade(s) de consumo existente(s) no domicílio, tais como: fonte do alimento, horário do consumo efetivo, descrição detalhada do alimento consumido e a forma pela qual o mesmo foi preparado. O Questionário POF 7 foi aplicado em uma subamostra de domicílios selecionados aleatoriamente da amostra total da pesquisa. O registro das informações foi efetuado para dois dias não consecutivos, durante o período de coleta no domicílio. Essa investigação é uma novidade da POF 2008-2009.

Coleta das informações

Conforme mencionado anteriormente, tendo em vista as alterações de consumo que ocorrem nas diferentes épocas do ano, nas informações de despesas, quantidades e rendimentos, a coleta das informações da pesquisa no campo teve a duração de um ano.

Para garantir a distribuição de todos os estratos geográfico e socioeconômico durante os 12 meses, a pesquisa foi dividida em 52 períodos, sendo que, para cada domicílio selecionado, foram indicados, dentre esses períodos, dois consecutivos em que obrigatoriamente foi iniciada a coleta.

Devido à complexidade de uma POF, em primeiro lugar foi fundamental sensibilizar os informantes para os objetivos da pesquisa e para a importância de sua participação num levantamento desta natureza. De modo a garantir a qualidade

e precisão nas informações prestadas, foi realizado todo um trabalho através das equipes responsáveis pela coleta, com esta perspectiva.

As informações da POF foram obtidas diretamente nos domicílios particulares permanentes selecionados, por meio de entrevistas junto aos seus moradores, durante um período de nove dias consecutivos. O primeiro dia foi usado para abertura e identificação do domicílio e de seus moradores, quando se observou, em primeiro lugar, se o domicílio atendia aos critérios definidos para prosseguimento ou não da entrevista nos dias seguintes. Este primeiro dia também foi utilizado para o levantamento das informações sobre as características de todas as pessoas moradoras. A partir do segundo dia de pesquisa, foram iniciados os preenchimentos dos questionários de coleta das informações previstas para o domicílio, relativos às despesas e rendimentos (orçamentos) e também de consumo alimentar pessoal, atividades que eram realizadas durante um período de sete dias, tempo estabelecido para o total do preenchimento destes questionários. O nono dia foi empregado para o fechamento da coleta das informações de despesas e rendimentos. Também este dia foi utilizado para o preenchimento do questionário de avaliação das condições de vida e o fechamento da entrevista no domicílio.

O método para a obtenção dos dados dos orçamentos familiares foi a aplicação de questionários específicos sob a forma de entrevista presencial. Definiu-se, entretanto, em função da frequência com que determinada aquisição é realizada e o seu valor, diferentes formas para o preenchimento das informações. Para as aquisições com ocorrências frequentes, tanto aquelas de uso coletivo como as individuais, como, por exemplo, alimentação, transportes e leitura, optou-se pelo registro diário. Nas cadernetas de despesas coletivas os registros foram feitos pelos informantes (autopreenchimento) ou pelos agentes de pesquisa. Quanto às demais aquisições e rendimentos, utilizou-se o método de aplicação de questionários, por entrevista assistida, com recorrência à memória do informante.

O número de dias de visitas do agente de pesquisa, em cada domicílio selecionado, para a realização da pesquisa foi decorrente do autopreenchimento pelo informante do Questionário de Aquisição Coletiva (registro das aquisições de produtos de alimentação, higiene e limpeza de uso coletivo), sendo que, em média, esse número ficou em torno de quatro dias.

Em função das características do levantamento das informações, principalmente em relação ao alto grau de detalhamento das diferentes variáveis pesquisadas, seus quantitativos e as dificuldades crescentes de acesso aos domicílios e seus moradores, adotou-se a alternativa de utilização de computadores portáteis na coleta das informações. Com isso, buscou-se agilizar e garantir procedimentos padronizados de crítica e validação imediatamente no momento da coleta das informações, o que proporcionou ganhos significativos na qualidade dos dados e reduziu custos.

Tratamento das informações

Os diversos tipos e formas de registros obtidos pela pesquisa, através de todos os instrumentos de coleta utilizados, determinam a complexidade na execução das fases de crítica dos dados, necessárias para garantir a qualidade e consistência das informações coletadas.

Os procedimentos metodológicos adotados para o tratamento das informações são descritos a seguir.

Crítica na entrada de dados

Em função da tecnologia utilizada na operação de coleta das informações dos domicílios selecionados para a pesquisa, com a utilização de computadores portáteis para registro e entrada de dados, alguns procedimentos relacionados à consistência das informações pesquisadas foram implementados visando ao controle da qualidade das informações no momento da coleta.

Neste sentido, foi desenvolvida uma grande etapa denominada Codificação dos Dados e Críticas de Consistência, que englobou desde a codificação dos produtos e serviços registrados, críticas de entrada de dados e as críticas por variável e entre variáveis, procedimentos estes fundamentais para garantir a coerência das informações coletadas, que passaram a ser executadas simultaneamente no momento da entrevista e coleta dos dados. Com este procedimento, procurou-se garantir a precisão dos dados registrados e ao mesmo tempo evitar custos adicionais com retornos aos domicílios para correções de eventuais problemas nas informações encontrados após a coleta.

Na etapa de codificação dos dados, programas e procedimentos especiais foram desenvolvidos para a execução da codificação automática de todas as variáveis descritivas para transformá-las em variáveis codificadas. Na POF 2008-2009, as seguintes variáveis foram codificadas no momento da coleta: produtos e serviços, tipo de local de aquisição, unidade de medida, peso e volume, forma de preparo, unidade de medida caseira, religião, atividade e ocupação. Este procedimento objetivou maximizar o aproveitamento das descrições digitadas pelo agente de pesquisa. No entanto, em função da atualização e disponibilidade dos diferentes cadastros, aconteceram situações em que estas variáveis não foram codificadas automaticamente, o que demandou que fossem tratadas posteriormente pela equipe central do projeto.

Na etapa de críticas incorporadas na entrada de dados, procurou-se identificar possíveis erros de registro de informações e também erros de digitação. Nestes casos, o sistema acusava e identificava para o agente de pesquisa a existência de inconsistências na informação digitada, de modo que imediatamente fossem verificadas e corrigidas pelo agente de pesquisa.

Também, nesta etapa, diversos procedimentos de controle relacionados à coleta foram implementados no sistema utilizado para entrada de dados, sempre com o objetivo de identificar e orientar os agentes de pesquisa quanto aos possíveis problemas no processo de registro dos dados. Com este objetivo, cabe citar as críticas relativas a valores de despesas digitados para produtos e serviços, sujeitos a uma crítica de comparação através de valores extremos. Além disso, foi incluído no programa de entrada de dados, um conjunto de críticas de fechamento para todos os tipos de questionários da pesquisa que era executado automaticamente ao término da entrevista no domicílio. Após a execução da etapa de crítica de fechamento, era apresentado um relatório, onde se descrevia a presença ou ausência de erros por questionário preenchido.

O sistema de entrada de dados e críticas na pesquisa também foi utilizado pelo coordenador estadual da pesquisa para acompanhar os trabalhos de coleta e, principalmente, empregado pelos supervisores de equipe no apoio a todos os trabalhos de controle de qualidade da coleta realizada pelos agentes de pesquisa sob sua responsabilidade.

Crítica e imputação de variáveis do POF 1 - Questionário de Características do Domicílio e dos Moradores

Algumas variáveis do Questionário POF 1 sofreram imputação em virtude de inconsistências, valores ignorados e não resposta. Dentre as características do domicílio, foram imputadas as seguintes variáveis: quantidade de cômodos, combustível utilizado no fogão, número de banheiros e forma de escoadouro sanitário. Nas variáveis referentes aos moradores, houve imputação naquelas relacionadas à escolaridade, registro civil, plano de saúde, cartão de crédito e cheque especial. Em ambos os casos, domicílio e morador, utilizou-se o *Canadian Census Edit and Imputation System – CANCEIS*, software desenvolvido pelo Statistics Canada.

Tratamento do efeito inflacionário sobre as informações de valores (deflacionamento)

A POF 2008-2009 teve como período de realização em campo os 12 meses compreendidos entre 19 de maio de 2008 e 18 maio de 2009, adotou períodos de referência para as informações de despesas, que podiam ser de sete dias, 30 dias, 90 dias e 12 meses, conforme a frequência de aquisições dos bens e serviços pesquisados e, para as informações de rendimentos, considerou o período de referência de 12 meses.

Devido às diversas referências temporais inerentes à POF, não é trivial a agregação e comparação das informações de valores coletadas para uma unidade de consumo ou conjunto de unidades de consumo pesquisadas em datas distintas. Isto se dá em função do efeito inflacionário (variação de preços) sobre os valores das despesas e rendimentos. Assim, fez-se necessário efetuar um ajustamento desses valores com o objetivo de se eliminar esse efeito.

O método utilizado para o tratamento do efeito inflacionário possibilitou ajustar os valores monetário e não monetário correntes de despesas com bens, serviços e rendimentos, pesquisados nas unidades de consumo, valorando-os a preços de uma data referencial preestabelecida. Com isso, ao final do processo, foram obtidas todas as unidades de consumo com seus fluxos monetários valorados a preços de uma mesma data, permitindo a agregação das informações para uma única ou um conjunto de unidades de consumo, possibilitando a obtenção da unidade de consumo média representativa de cada área ou recorte de análise de interesse. Finalmente, através destas unidades de consumo médias, são viabilizados os principais objetivos da pesquisa.

Para os procedimentos de deflacionamento dos dados da pesquisa, foram utilizados diferentes indexadores, definidos em função das características dos bens e serviços, dos diversos tipos de rendimentos e também da existência e disponibilidade de indexadores adequados.

Os indexadores utilizados para as despesas com bens e serviços foram as séries históricas do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, dos Índices de Preços ao Consumidor Amplo regionais de cada uma das 11 áreas pesquisadas pelo IBGE, e das variações de preços dos produtos e serviços acompanhados pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor, do IBGE. O IPCA de cada uma das 11 regiões foi utilizado para deflacionar os dados da respectiva Unidade da Federação. Nas Unidades da Federação não cobertas pelo IPCA, adotou-se aquele da região que mais se assemelhava aos comportamentos dos preços dos produtos e serviços e aos padrões de rendimentos, conforme estudos desenvolvidos, utilizando-se os dados da POF 2002-2003. Para as informações de rendimentos, os indexadores usados foram as séries históricas da Pesquisa Mensal de Emprego - PME, do IBGE, para os rendimentos de empregados privado e público, conta-própria e empregador. Para os outros tipos de rendimentos, utilizaram-se as variações do salário mínimo, da poupança, do índice de reajuste do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, e, ainda, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, do IBGE.

Determinou-se a data referência - 15 de janeiro de 2009 - que definiu o ponto para o qual o deflacionamento transformou todos os valores de despesas e rendimentos da pesquisa.

Crítica do valor das despesas e rendimentos

A pesquisa coletou informações sobre os valores de despesas e rendimentos nos diversos domicílios pesquisados. No entanto, estes valores estão sujeitos a erros de coleta e transcrição. Com o objetivo de identificar tais problemas, foi necessário que esses dados fossem submetidos a uma crítica de valores.

A crítica de valores da POF pode ser subdividida em três etapas:

- Partição em classes de rendimento monetário mensal familiar;
- Procedimentos de detecção de *outliers* (valores extremos - altos ou baixos); e
- Crítica visual.

As partições dos dados em classes foram feitas visando criar grupos homogêneos de informações, já que as estruturas de despesas e rendimentos das unidades de consumo possuem alta correlação com a renda bruta mensal. Assim, o objetivo dessas partições é criar grupos com estruturas de gastos e rendimentos com o mesmo padrão.

A etapa da crítica mais importante é a detecção dos *outliers* que consiste na identificação dos valores extremos (altos ou baixos) observados na distribuição estatística de uma variável, ou seja, dados não representativos de um conjunto de observações. No caso da pesquisa, foram considerados *outliers* aqueles registros de despesas de um item (produto ou serviço) ou rendimentos, cujos valores, muito altos ou muito baixos, não atenderam aos critérios estatísticos estabelecidos.

A crítica visual foi feita tomando-se por base um relatório obtido após a execução do programa de crítica (resultado das duas etapas anteriores). Este relatório era composto de várias variáveis auxiliares associadas ao produto ou serviço apresentado, para a tomada de decisão sobre a aceitação ou rejeição dos valores que eram detectados pela crítica. Nas situações de rejeição dos valores pela crítica, os mesmos foram marcados para serem tratados na etapa de imputação de valores.

Alocação das despesas agregadas da caderneta de despesa coletiva

Vários procedimentos são adotados por ocasião da coleta, no sentido de garantir a precisão e detalhamento dos registros de despesas de cada produto informado pelas unidades de consumo. Contudo, algumas dificuldades ocorrem quando da obtenção das informações e dizem respeito à recorrência à memória por parte dos informantes, quando se tratam de despesas realizadas para um conjunto de produtos com grande diversidade de preços no mercado.

Essa restrição ocorre mais comumente no momento da informação de despesas com compras de alimentos e material de limpeza em que, habitualmente, as unidades de consumo realizaram aquisições de vários produtos em uma única compra, muitos deles de baixos valores, tornando difícil o resgate dos valores individuais. Desse modo, no caso do Questionário POF 3 - Caderneta de Aquisição Coletiva, utilizou-se para esses registros o item agregado, sacolão, compras, etc., seguido do valor total pago, o local de compra e a forma de obtenção. Nesses casos, os agentes de pesquisa foram orientados para que registrassem também no questionário as descrições dos produtos adquiridos na compra.

Devido à participação relevante das informações da Caderneta de Aquisição Coletiva no total das despesas das unidades de consumo, as despesas agregadas passaram por um método de tratamento que desagregou e, conseqüentemente, alocou valores para os produtos componentes dessas despesas.

Assim, para o agregado em que o informante foi capaz de discriminar os produtos nele contido, atribuiu-se a cada produto a parcela do gasto com o agregado correspondente à proporção obtida pela reconstituição de sua composição segundo os respectivos gastos médios por produto, área, classe de despesa monetária total e local de compra. Esse tratamento do agregado discriminado foi realizado após a crítica de valores das informações obtidas na pesquisa.

Tratamento da não resposta de valores de despesas e rendimentos

Diversos tipos de erros podem afetar os resultados do levantamento. Alguns são passíveis de serem controlados como, por exemplo, o erro amostral, que é controlado quando da definição do desenho e tamanho da amostra. Outros erros surgem nas diversas fases da pesquisa e, dentre estes, destacam-se os erros de não resposta total ou parcial e erros de resposta.

Em função da complexidade da POF, situações de dados incompletos associados à não resposta ocorreram. A ausência de resposta surgiu quando ocorreu perda total ou parcial das informações relativas a despesas ou rendimentos. Perda essa motivada por fatores, tais como: a falta de contato com os informantes ou a falta de possibilidade de cooperação decorrente da carga de informações a serem coletadas, da amplitude do período a ser coletado, bem como da dificuldade de memória do respondente, entre outros.

Foi utilizado procedimento de imputação para tratar a não resposta total ou parcial. Também são tratados os erros de resposta associados a valores rejeitados na etapa de crítica.

O procedimento aqui especificado recebe o nome de *hot deck* e foi empregado tanto para atribuir valores nos casos de itens com valores de despesas ou rendimentos

ignorados ou rejeitados pela crítica, quanto para a imputação de partes de questionários de despesas e rendimentos e questionários inteiros, de despesas e rendimentos, não preenchidos.

Para o processamento da imputação, foram criadas matrizes de similaridades formadas por variáveis consideradas altamente correlacionadas com a variável que recebeu o valor imputado. As variáveis incluídas nestas matrizes eram de domínio comum tanto dos informantes que responderam e que se constituíam em possíveis doadores quanto daqueles que não responderam, ou tiveram seus valores de resposta rejeitados pela crítica de valores (receptores). O objetivo principal do emprego destas matrizes era buscar, o quanto possível, uma concordância entre as características informadas pelos doadores e as características informadas pelos receptores no que se refere às variáveis de classificação, constantes da respectiva matriz de similaridade (ou classificação). Quanto mais semelhantes fossem os possíveis doadores em relação aos respectivos receptores, melhor seria a qualidade das imputações realizadas.

Para a seleção de um doador específico, dentre tantos selecionados no processo de comparação através das matrizes, adotou-se o procedimento de seleção aleatória. Este procedimento teve como objetivo evitar distorção na distribuição dos valores das variáveis que receberam valores imputados, que poderia ser criada caso um mesmo valor fosse adotado.

Anualização dos valores de despesas e rendimentos

Os valores orçamentários, despesas e rendimentos, foram obtidos em diferentes períodos de referência, definidos em função de sua natureza e frequência de ocorrência nos domicílios.

Visando construir um orçamento médio anual se fez necessário unificar esses períodos e transformar todos os valores em valores anuais. Assim, os valores orçamentários com períodos de referência de sete, 30 e 90 dias foram multiplicados pelos seus respectivos fatores de anualização, ou seja, 52, 12, 4. Cabe esclarecer que, para aquelas informações pesquisadas com período de referência de 12 meses, o fator de anualização é igual a 1.

Nas situações especiais, de período de referência de 12 meses, em que se registrou as informações relativas ao último gasto mensal, último rendimento e deduções mensais (imposto de renda na fonte, previdência pública e outras deduções), o total anual foi obtido por meio da multiplicação pela variável número de meses, que também foi coletada.

Regras de arredondamento

Sempre que foram efetuadas operações de cálculo de valores médios de despesas ou rendimentos, procedeu-se ao arredondamento dos valores fracionados para a segunda casa decimal.

Nos resultados expressos em percentagem, em função do arredondamento realizado na primeira casa decimal, por vezes ocorrem pequenas diferenças nas totalizações.